



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

A história mostra que os serviços de saúde de Macau são prestados em conjunto pelas instituições médicas públicas, pelas não lucrativas e também pelas privadas, e, devido a vários motivos, não foi possível criar em Macau uma academia de medicina destinada à formação de profissionais e de pessoal de investigação na área da medicina, nem uma academia de formação de médicos especialistas destinada à promoção do desenvolvimento tecnológico da medicina e ao incentivo à continuidade na educação e à elevação do nível de especialização nesta área. Embora a situação em Macau seja pior do que nas regiões vizinhas, mas, pelo menos, os profissionais da área da saúde de Macau continuam a exercer as suas funções e a prestar os cuidados de saúde necessários à população de Macau.

Todos os anos, o Governo tem vindo a aumentar os serviços de saúde gratuitos para fazer face ao crescimento do número de utentes no sector público, trazendo efeitos secundários para o sector privado, que perde o seu espaço de sobrevivência. Em 2009, o então Chefe do Executivo, Edmund Ho, acolheu a minha sugestão, isto é, a criação de vales de saúde, a fim de proporcionar oportunidades de sobrevivência ao sector privado. O Programa de participação nos cuidados de saúde tem vindo a ser aperfeiçoado ao longo dos últimos oito anos, especialmente, com o lançamento dos vales de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

saúde electrónicos em Maio do corrente ano, o que tem obtido o reconhecimento do sector da saúde e da população.

Segundo os dados oficiais e uma investigação efectuada pela sociedade, anualmente, uma grande parte dos cidadãos não utiliza os vales de saúde; o Governo concede, anualmente, 300 a 400 milhões de patacas para apoiar o sector privado da saúde, mas os serviços de cuidados de saúde públicos gratuitos estão espalhados por toda a cidade, por isso, muitos cidadãos não têm interesse nenhum nesses vales de 600 patacas. Portanto, os profissionais de saúde do sector privado perdem anualmente mais de 60 milhões de receitas devidas, isto é, receberam menos 500 milhões ao longo destes oito anos, e este montante, autorizado pelo Governo e pela Assembleia Legislativa, se não é usado pelos cidadãos, devia ser distribuído pelo Governo, de forma equitativa, a todos os profissionais de saúde que participam no Plano de garantia de cuidados de saúde, e assim é que seria um bom desfecho. É evidente que o Governo vai, de certeza, dizer que há falta de fundamentação legal, mas, desde que tenha a intenção de “servir a população”, que dificuldade existe para alterar o regulamento administrativo?

Assim sendo, face aos referidos problemas, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Programa de participação nos cuidados de saúde de 2017 vai terminar em 31 de Agosto deste ano e, de acordo com as estimativas, mais de 60 milhões de patacas não vão ser utilizados pelos cidadãos. O Governo vai



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

alterar a legislação, a fim de distribuir, de forma equitativa, esse montante a todos os profissionais de saúde que participam no Plano de garantia de cuidados de saúde?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**Chan Iek Lap**

18 de Julho de 2018